



CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da Reunião de 09 de maio de 2012

Nesta data, reuniu-se, por convocação da Presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP-RIO, o Conselho Estratégico de Informações da Cidade, órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com as seguintes pautas:

➤ **UPP Social – Gestão Coordenada em áreas de UPP** - apresentação de Ricardo Henriques, Presidente do Instituto Pereira Passos

A reunião realizou-se na sede do IPP com a presença dos conselheiros abaixo assinados e contou, também, com a participação de Henrique Rabelo, Gustavo Azevedo, Vinicius Gentil, Daniela Motchi, Fernando Cavallieri, Vânia R. A. da Silva (IPP) e Marcos Dominguez (SEPLAG)

Ricardo Henriques desculpou-se com os membros do Conselho e demais convidados pela mudança no tema da reunião, explicando que a apresentação sobre os dados demográficos do Censo precisou ser adiada por ainda não ter sido possível obter esclarecimentos do IBGE sobre alguns dados.

➤ **UPP Social – Gestão Coordenada em áreas de UPP** - apresentação de Ricardo Henriques

Essa reunião tem como objetivo discutir o estado da arte e a dimensão operacional do Programa UPP Social.

Apresentando o mapa com a localização das Unidades de Polícia Pacificadora, ressaltou que a primeira fase que abrangeu a Zona Sul/Tijuca/Centro/Zona Oeste foi concluída e teve início a expansão em direção à Avenida Brasil.

Mauro Osorio perguntou se haveria UPPs no Catete e Cosme Velho, sendo informado que essas áreas não possuem controle territorial armado que justifique a implantação de uma UPP.

Até os meses de junho/julho, serão inauguradas mais duas UPPs no Complexo do Alemão.

Comparando os dados demográficos das áreas de UPP e do resto da Cidade, destacou a diferença de densidade populacional das primeiras (302,0) em relação à da segunda (110,7).

Apresentou, também, a distribuição das faixas etárias nos territórios de UPP, o que permite constatar que 57% dos moradores da Rocinha, Complexo da Penha e Complexo do Alemão (menos Fazendinha e Nova Brasília) são crianças ou jovens. É importante ressaltar que há um vazio de cidadania nessas áreas. Pesquisa recente do IETS mostrou que grande percentual dos jovens de 15 a 24 anos, moradores das áreas com UPP pesquisadas, não trabalham nem estão buscando trabalho.

O Programa UPP Social pretende garantir a integração dos territórios pacificados ao resto da cidade a partir de três dimensões: desenvolvimento urbano, Estado Democrático e Cidadania e desenvolvimento social. Para consolidar essa integração, torna-se necessário promover a coordenação das agendas setoriais no território, a partir da interação das plataformas de demandas e de ações.

Para cada território onde a UPP Social é implantada foram elaborados Guias com informações gerais, cartográficas, demográficas, sobre infraestrutura etc que estão disponíveis para consulta pelas equipes de campo.

Mauro Osorio disse que os investimentos no Complexo do Alemão ficaram concentrados onde está localizado o cinema da Prefeitura. É necessário universalizar os investimentos e projetos em favelas, beneficiando todas as comunidades. Ricardo Henriques confirmou que é necessário esse olhar para organizar os fluxos de investimentos.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Ricardo Henriques apresentou o ambiente de gestão *on line* da UPP Social. Trata-se de uma espécie de *backoffice*, onde são exibidas as agendas de trabalho com cada Secretaria nos territórios, além de informações disponíveis para consulta e planejamento.

Na matriz de gestão, é possível ter acesso à lista de contato das pessoas que participam da gestão do território; relatórios de todas as reuniões realizadas com lista de presença, além de um diário de campo preenchido pelos integrantes das equipes de campo. Sempre que é realizada uma agenda, os agentes têm que relatar seu andamento no dia seguinte e que é checado pelos supervisores das equipes.

São realizadas reuniões mensais com os pontos focais de todas as Secretarias e Órgãos envolvidos para planejamento e discussão sobre os avanços alcançados. Nelas, as Secretarias apresentam propostas de ações articuladas e, posteriormente, as equipes de campo monitoram a implementação dessas ações.

Em média, a cada 2 meses é realizada reunião entre o Prefeito e as Secretarias, na qual são alinhados os pontos problemáticos e definidas as prioridades de ação. Trata-se de um investimento contínuo, intenso e transparente.

Não há espaços físicos da UPP Social nos territórios. As equipes locais ficam circulando e realizam reuniões em escolas, postos de saúde, associações de moradores etc para identificar as demandas. Cada agente de campo dispõe de laptop e celular.

As informações orientam parte das intervenções, além de gerar um aprendizado mútuo a partir da experiência de outros territórios na resolução dos problemas. Com isso, pode-se realizar um controle de qualidade sobre a prestação dos serviços avaliando-se eventuais diferenças entre as UPPs.

As informações produzidas sobre os territórios revelaram que não há falta de equipamentos no Município, mas estes estão mal distribuídos espacialmente e precisam melhorar a qualidade do serviço prestado.

Mauro Osorio disse que, de acordo com informações que possui, não há escolas de ensino médio na Cidade de Deus. Ricardo Henriques informou que, em compensação, há treze escolas de nível fundamental e que o principal problema não é a inexistência de equipamentos, mas a precariedade dos existentes.

Luiz Martins mencionou que apesar da existência de equipamentos, os serviços públicos não são de qualidade.

O conselheiro Luiz Cesar ressaltou que a escola e a educação são os elementos que melhor expressam a presença do Estado em um território. A escola degradada imprime uma imagem ruim para o Estado.

O conselheiro Bruno Sasson questionou sobre a relação com a CEDAE. Ricardo Henriques respondeu que a CEDAE está fazendo uma reengenharia financeira para melhorar o atendimento na cidade, mas ainda não há definição se atenderá as áreas de favela da cidade. Informou que a SMH tem feito forte investimento em saneamento, mas ainda muito aquém da demanda, tendo em vista a deficiência histórica nessas áreas.

Houve um avanço grande nos últimos meses na comparação das diferenças intraterritoriais. Através da análise das informações intraterritoriais foi possível, por exemplo, ampliar a cobertura da ESF em uma das áreas do Morro São João que apresentam relativamente as piores condições em relação à infraestrutura e serviços públicos.

Mauro Osorio questionou sobre o avanço da questão do lixo. Ricardo Henriques informou que os pontos de concentração de lixo foram mapeados pelas equipes de campo. A partir daí foi construída uma agenda nova de coleta de lixo em conjunto com a Comlurb. Novamente, Osorio lembrou que é fundamental universalizar uma política de coleta de lixo nas áreas periféricas, no mesmo padrão da existente no asfalto da Zona Sul da Cidade do Rio.

Para reorganizar a coleta de lixo, partiu-se do pressuposto de que para alcançar nas comunidades uma qualidade de serviço relativamente próxima ao resto da cidade, deve-se tratar os territórios de forma diferenciada.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Especificamente para o caso das favelas, foi necessário um investimento analítico para se compreender que a favela não é igual ao resto da cidade. Foram criadas tipologias de favelas para as quais foram estabelecidas agendas específicas de coleta de lixo.

No caso do Borel, por exemplo, foi mapeada a produção de lixo, verificou-se como as caçambas deveriam ser distribuídas espacialmente e o número de *containers* necessários. Por meio de uma agenda participativa, incluindo associações e lideranças locais, foi definida a periodicidade – duas vezes por dia – e a localização dos pontos de coleta.

A demanda determinou a necessidade de inovações tecnológicas: foram desenvolvidos pela Companhia microcompactadores que permitem acessar ruas estreitas e triciclos para vielas, com aviso sonoro.

Mauro Osorio informou que, segundo as pesquisas qualitativas, os moradores da Zona Sul aprovam a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora. As UPPs influenciaram positivamente a qualidade dos serviços públicos prestados nesses territórios.

Ricardo Henriques confirmou as oportunidades e melhorias nos territórios que a agenda de segurança permite, mas ressaltou que, ao mesmo tempo, aumentam as desigualdades na cidade.

Sérgio Magalhães discordou do fato de que as UPPs possam aumentar as desigualdades na Cidade. Ricardo Henriques disse que as UPPs geram um ciclo virtuoso nos territórios, aumentando a distância entre estes e outras áreas da Cidade. Enquanto não houver uma solução de segurança para o resto da cidade, o discurso da gentrificação se torna mais consistente.

Foram empreendidas ações pela UPP Social no sentido de revitalizar as áreas que fossem símbolo do domínio do tráfico nesses territórios. Como exemplo foi citado, no Fogueteiro, a derrubada de um muro utilizado pelos traficantes como proteção ao comando rival da comunidade vizinha, a revitalização da área e retomada do funcionamento de uma creche (atualmente EDI) localizada atrás desse muro, a qual nunca havia sido utilizada devido à falta de segurança. Isso é resultado de uma política pública integrada, envolvendo as diferentes políticas setoriais.

Outros exemplos de intervenções realizados pela Prefeitura são: a reforma do plano inclinado no Pavão-Pavãozinho e da quadra de esportes no Morro dos Prazeres.

A UPP Social faz um monitoramento constante das demandas, e, em conjunto com as secretarias, elabora os planos para atendê-las. A idéia é desenvolver um Plano de Desenvolvimento Local para cada um dos territórios pacificados.

Sérgio Magalhães perguntou sobre a situação do tratamento de esgoto nesses territórios, sendo informado por Ricardo Henriques de que ainda falta muito para avançar.

O Programa UPP Social está contratando sessenta moradores - quatro a cinco pessoas por UPP, para reforçar as equipes de campo mapeando os problemas de seus territórios.

Mauro Osorio confirmou com Ricardo Henriques a pauta da próxima reunião do Conselho sobre os dados demográficos do Censo 2010. Reforçou o interesse em chamar a Secretária Municipal de Fazenda, Eduarda La Rocque, para as discussões sobre orçamento territorializado.

Agradecendo aos conselheiros presentes e a Ricardo Henriques por sua palestra, Mauro Osorio encerrou a reunião. A Secretária Executiva Paula Serrano tomou notas e elaborou esta Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos Conselheiros e constarão da ata do próximo encontro do Conselho.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2012



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHEIROS

MAURO OSÓRIO DA SILVA
PRESIDENTE

RICARDO MANUEL DOS SANTOS HENRIQUES
IPP

SERGIO FERRAZ MAGALHÃES
IAB/RJ

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO
IPPUR/UFRJ

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO
UFRJ

JEAN LEONARDUS CARIS
CASA CIVIL

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO
PUC-RIO

JORGE GUILHERME DE MELLO BARRETO
CEPERJ

JAILSON DE SOUZA E SIVA
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS UFF

SILVIA RAMOS
UCAM

WASMÁLIA BIVAR
IBGE

MARCELO CORTES NÉRI
FGV

LUIZ MARTINS DE MELO
IE/UFRJ

BRUNO JORGE VAZ SASSON
SESEDEC



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade